

**FIGURAS****ASCENSOR****A SUBIR**

**LUÍS MARINHO** A convite da CIM, entidade detentora da Escola, o Dr. Luís Marinho assumiu recentemente a presidência do Instituto Superior Miguel Torga que, nas suas diversas fases, leva já muitos anos a partilhar saber, formar jovens, ensinando-os a ganhar a vida com honra e mérito. Só assim, com esta postura e grande exigência, pode uma Escola Superior Privada garantir o seu espaço de existência, porque não tem outra coisa para oferecer que não seja o que ensina, nem de outra coisa vive que não seja o reconhecimento do seu mérito e da confiança e credibilidade que conquista junto da sociedade que, por isso mesmo, a esta Escola recorre quando dela precisa. Luís Marinho é seu professor desde há muitos anos e as sucessivas camadas geracionais distinguem-no como um professor e cidadão de subidos créditos, referência obrigatória do corpo docente do Instituto. Mas não se estranhe nem essa estima colectiva que Luís Marinho granjeou entre a comunidade, nem o ter sido chamado a este alto cargo, responsabilizante e de um grau de exigência elevado. Porque humilde e naturalmente discreto, Luís Marinho não anda para aí a pavonear-se com os altos cargos e funções que tem tido em vida, como o fazem muitos outros por bem menos. Fez-se político activo, chegava Abril pujante e motivador. Foi no Partido Socialista que encontrou a chama da liberdade que trazia no peito desde o berço e não demorou a que os dirigentes socialistas com ele contassem para missões importantes, desde Mário Soares a António Guterres, com quem acabou por criar uma amizade que se mantém solidária para a vida. Foi deputado e nunca mais parou. Eurodeputado também, durante 10 anos e chegou a vice-presidente do Parlamento Europeu. Ainda hoje preside à Assembleia Municipal de Coimbra e é Mesa Geral da CIM. Abrandando na política, até porque mesmo aos bons o coração trai, dedicou-se ao ensino com a paixão de sempre, sector onde se sente bem e tem consciência que acrescenta valor. É, permitam-nos que o digamos, uma trave naquela Escola de reconhecido mérito. Ao aceitar este novo desafio, com o qual já se vinha envolvendo nos últimos anos como membro da equipa dirigente, aceita um desafio pesado e exigente. Mas ele sabe, nós sabemos, a Escola sabe, que é o homem certo para o cargo e função. O amor à causa leva-o a perder dinheiro e a fragilizar a saúde. Mas é no domínio faz opções que os homens se distinguem. Que as circunstâncias o ajudem.

**A DESCER**

**PEDRO COSTA** Não obter vencimento num acto eleitoral, seja ele qual for, é a coisa mais natural deste mundo. Não tem, pois, Pedro Costa, o presidente do ISCAC agora vencido, qualquer razão para se sentir injustiçado. Fez o que pode enquanto presidiu à Escola a que, há que reconhecê-lo, deu o melhor de si mas não acrescentou valor relativamente ao legado recebido de Manuel Castelo, o presidente anterior que lhe havia aplanado o caminho e aberto as portas e que por isso mesmo, mas não apenas, talvez tivesse merecido um pouco mais de solidariedade. Isto é tudo muito simples: nas ocasiões do momento vencem os especialistas no aproveitamento das oportunidades; na vida pessoal e profissional vencem, mesmo que algumas vezes perdendo, aqueles que não vergam ao sabor das conveniências e se mantêm firmes na defesa das suas convicções, sem vacilarem aos ímpetos dos ventos vindos dos lados do mar. O ISCAC, Coimbra região, e o Ensino em especial, têm motivos para agradecer a Pedro Costa o contributo que dá há muitos anos como professor e aos que deu como presidente do ISCAC. Onde foi um líder de transição mas, estamos em crer, foi também um aluno atento a aprender a ler os ténues sinais com que o horizonte acena de longe, com antecedência, os dias menos soalheiros que vêm a caminho.

**FIGURAS DA SEMANA****ALMEIDA COSTA: NÃO BASTA SER COMPETENTE, DÁ JEITO QUE SEJA DA COR**

Deixemos de lado o facto do Professor António de Almeida Costa não ter obtido a maioria necessária para ser cooptado como Juiz do Tribunal Constitucional. São questões que se colocam num patamar que justificadamente reaceamos não abarcar com a profundidade e saber que exige e merece. Mas as questões invocadas são mais de natureza política que jurídica e em lado nenhum, a começar pela própria Constituição, está escrito que defender a punição do Jornalista quando se provar que violou o segredo de justiça ou se defender a criminalização do aborto na sua base, constituem motivo de exclusão para o exercício de funções de natureza jurídico-constitucional, tanto mais que sobre ambas as questões estamos longe da unanimidade de pensamento, mesmo entre os pensadores que passam parte da vida a reflectir sobre estas matérias. Tratando-se de um órgão iminentemente jurisdicional, arrepia a sensibilidade de qualquer cidadão atento que este Tribunal vá além das funções que são suas, tanto mais que se lhe conhecem tentativas diversas para se imiscuir na vida política do país em casos pontuais e cuja ponderação compete em primeira linha a outros órgãos de soberania. Os elementos do Tribunal Constitucional são magistrados, de mérito reconhecido é certo, mas não são pretores nem políticos disfarçados. Reprovar, ou não aceitar, um candidato pelas ideias políticas que defende e não o impediram de se guindar à primeira linha dos grandes Professores de Direito em Portugal nesta altura, como acontece com Almeida Costa, é dar mais uma machadada no prestígio de um órgão que, se não tiver a autoridade e a credibilidade das posições que defende e a serenidade dum pensamento estruturado, morre de velho mesmo antes de ser unanimemente reconhecido como necessário e estruturante por grande parte do país. O processo de cooptação de novos membros tem sido reservado de que só se sabe o resultado quando o candidato consegue a maioria necessária para entrar na equipa. Neste caso, tudo caiu na praça pública antes dos cooptantes tomarem posição e já havia quem se pronunciasse contra a aprovação do candidato que, mesmo assim, perdeu por um voto. Convenhamos que esta oposição política que a esquerda assumiu porque o candidato era de direita, e o discutir na praça pública o que ao Tribunal Constitucional estava reservado até ao momento da decisão, assumiu uma espécie de linchamento político e público que julgávamos já não ser possível nesta fase consolidada da democracia portuguesa. Aqui chegados, ponto final nesta questão. **Mas já agora...**

...recorde-se, para muita gente pela primeira vez, que a vida académica de Almeida Costa não lhe foi facilitada desde o início. Entrou na Faculdade de Direito de Coimbra, vindo de Lisboa onde a sua frequência começou a ser questionada pela comunidade de alunos liderados pelo MRPP e pela UEC, pela simples razão de ser filho dum ministro do regime então acabado de derrubar, o aluno António de Almeida Costa teve de pedir a sua transferência para Coimbra. Mas cedo esse seu propósito de se transferir para Coimbra correu entre a comunidade estudantil coimbrã e se mobilizaram as mesmas forças que a isso se opunham. Era, sabia-se, filho do que fora um dos últimos ministros do Estado Novo, Professor Mário Júlio de Almeida Costa, e nessa altura isso era motivo impeditivo de seguir uma vida normal. A palavra de ordem era afastar tudo quanto "cheirasse a antigamente". As transferências de alunos entre Universidades eram afixadas na Porta Férrea e publicadas no Diário de Coimbra. Aguardava-se essa transferência a todo o instante. Mas o tempo foi passando e a notícia da transferência não chegava. Nem chegou. Melhor: chegou mas não foi publicada e por isso também não publicitada. Naquele turbilhão de acontecimentos diários, o assunto foi ficando esquecido e Almeida Costa fez o seu curso e com assinalável mérito. Aqui em Coimbra fez também o mestrado, chegou a ser Assistente, vindo a doutorar-se mais tarde na Faculdade de Direito do Porto, onde seguiu carreira. O corpo docente da Universidade tratou o aluno como todos os demais e revelou nisso grande dignidade.

**Mais um episódio:**

Mais ou menos por essa altura, passava pela Praça 8 de Maio em direcção à Visconde da Luz o seu pai que se dirigia à Coimbra Editora, então a casa dos mundos do Direito. Reconhecido na rua, em breves minutos se juntou uma grupo de dezenas de pessoas que o cercaram, o molestaram, o insultaram, agrediram e maltrataram. Uma vergonha que só terminou com a demorada intervenção da polícia cujo quartel estava a dois passos e uma nódoa que mancha o civismo que caracteriza Coimbra. Mário Júlio, saneado como outros e sem condições para continuar a leccionar em Portugal, acabou por se exilar no Brasil, onde as suas qualidades de professor emérito foram reconhecidas, aproveitadas e recompensadas.

Não sabemos se o filho, o dr. Almeida Costa, conhece estes dois episódios que aqui recordamos para que se não apague a história. Mas recordamo-los com o máximo de discrição possível e apenas para fazer a ligação com o que agora se passou com o Tribunal Constitucional. E como mais um exemplo de que a liberdade de pensamento continua a ser privilégio de alguns, felizmente muitos, mas não de todos ainda. Ser de esquerda não é defeito e terá até tantas virtudes como ser de direita. Mas há uma certa direita e uma certa esquerda que se dizem ser mas não são. Disfarçam-se sob esse manto mas a democracia faz-lhes cócegas na barriga.

**ALEXANDRE SILVA CONQUISTA PRESIDÊNCIA DO ISCAC**

O Prof. Alexandre Gomes da Silva constitui uma das surpresas da semana, ao ser eleito presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) - Coimbra Business School, vencendo a eleição que decorreu, sexta-feira, no Conselho de Escola, obtendo nove votos, contra apenas seis votos que teve Pedro Costa, com este a falhar a reeleição. Alexandre Gomes da Silva, com 49 anos, é Professor de Estatística, e vai ter como vice-presidentes Bruno Almeida, que ficará responsável pela área financeira, e António Calheiros, pela área pedagógica. O novo presidente do ISCAC - Coimbra Business School considera tratar-se de uma "mudança natural e própria da instituição", sentido a "necessidade de renovar" após "um ciclo de 12 anos". "Esta é uma equipa nova que visará o aprofundamento e o reconhecimento da qualidade dos cursos da Coimbra Business School, com enfoque na internacionalização, qualificação, acreditação e certificação dos cursos" - declarou o novo presidente ao "Campeão". Alexandre Gomes da Silva é Professor Coordenador do ISCAC, do Instituto Politécnico de Coimbra, sendo licenciado em Matemática - ramo Científico - na área de Matemática Aplicada, pela Universidade de Coimbra, mestre pela University College Dublin e doutorado em Estatística pela University of Reading, em Inglaterra. Investigador integrado do CEISUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, foi, até 2013, sub-director da Coimbra Business School, já presidiu ao Conselho Científico do ISCAC e, actualmente, era o director do Centro de Análise e Interpretação de Dados da mesma instituição.

**RUI NABEIRO** - Ontem, à hora do fecho da edição do "Campeão", decorria, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, o Doutoramento Honoris Causa do empresário Rui Nabeiro, líder do conglomerado de empresas Delta. Assistiam ao acto diversas individualidades e o Doutoramento foi atribuído pela Faculdade de Economia. Trata-se da mais elevada distinção atribuída pela Universidade, destinada a cidadãos de indiscutível mérito profissional e de qualidades humanas que constituem uma referência inspiradora para toda a sociedade. Segundo o director da FEUC, Álvaro Garrido, "o Doutoramento Honoris Causa de Rui Nabeiro é uma honra singular, que reforça as dinâmicas actuais da Escola e que inspira valores éticos e sociais que devemos subscrever na vida académica, nos negócios e na comunidade".

**JORGE CONDE** Foi eleito, na segunda-feira (6), vice-presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) para um mandato de dois anos. O, também, presidente do Politécnico de Coimbra foi eleito na reunião do plenário do CCISP que decorreu no Instituto Politécnico de Santarém. O CCISP é o órgão de representação conjunta dos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico e integra todos os institutos superiores politécnicos públicos e escolas superiores não integradas. Tem ainda assento no CCISP as universidades dos Açores, Algarve, Aveiro e Madeira, sendo que a principal competência deste organismo é a emissão de pareceres e posições sobre assuntos que digam respeito a matérias relacionadas com o ensino superior.

